

**O RURAL EM MOVIMENTO: o crescimento da moradia citadina
entres proprietários rurais nos pequenos municípios da Zona da Mata
Mineira, Brasil**

**THE RURAL IN MOVEMENT: the growth of city housing for rural
landowners in the small municipalities of Zona da Mata Mineira,
Brazil**

Ana Louise de Carvalho Fiúza

Universidade Federal de Viçosa, Pós-graduação em Economia Doméstica, Viçosa, Brasil
louisefiuza@gmail.com

Angelita Alves de Carvalho

Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Pós-graduação em População, Território e Estatísticas Públicas,
Rio de Janeiro, Brasil
angelita.carvalho@ibge.gov.br

Taís Azevedo de Lima

Escola Nacional de Ciências Estatísticas, graduação em Estatística, Rio de Janeiro, Brasil
tazelima@gmail.com

Resumo

A moradia citadina dos proprietários rurais se constituía um fenômeno restrito, basicamente, aos grandes proprietários. Contudo, este fenômeno tem se estendido, também, para produtores de menor porte. Em decorrência do crescimento deste fenômeno, os deslocamentos rotineiros entre a cidade e o campo têm se tornado mais frequentes na atualidade. Este artigo analisou como algumas características dos municípios da Zona da Mata Mineira (IDH, PIB, urbanização, etc) e dos estabelecimentos rurais (tamanho, pluriatividade, agricultura familiar, entre outros) se relaciona com a moradia citadina dos proprietários. Para isso, foram utilizados os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, realizados pelo IBGE. Os resultados evidenciaram que municípios com maior IDH e urbanização possuem maior chances de terem estabelecimentos com dirigentes residindo nas cidades. E estabelecimentos com atividades não agropecuárias e que a agricultura não era exclusivamente voltada para o auto consumo tinham mais chances de terem seus proprietários residindo na cidade.

Palavras-Chave: Urbanização. Pequenos Municípios. Moradia na Cidade. Proprietários Rurais.

Abstract

The urban housing of rural producers was a phenomenon restricted, basically, to large landowners. However, this phenomenon has also extended to smaller producers. As a result of the growth of this phenomenon, routine displacements between the city and the countryside have become more frequent today. This article analyzes how some characteristics of the municipalities in the Zona da Mata Mineira (HDI, GDP,

urbanization, etc.) and of agricultural properties (size, pluriactivity, family farming, among others) are related to the urban housing of the owners. To this end, data from the 2006 and 2017 Agricultural Censuses used by IBGE were used. The results showed that municipalities with higher HDI and urbanization are more likely to have establishments with managers living in the cities. And establishments with non-agricultural activities and that agriculture was not exclusively focused on self-consumption were more likely to have their owners residing in the city.

Keywords: Urbanization. Small Municipalities. Housing in the City. Rural Owners.

Introdução

A proximidade entre campo e cidade e entre os próprios municípios em âmbito regional vem se acentuando com o processo de interiorização de indústrias, serviços e a ampliação das políticas públicas, a partir de fins dos anos de 1990. Esta crescente interconexão do local ao global, tanto em termos das condições materiais como virtuais, tem configurado o surgimento de espaços híbridos, resultante da interação entre o modo de vida urbano e o rural, tal como o observado nos estudos de Monte-Mór (2006), Allen (2010), Salvati e Carlucci (2016) e Zambon et al. (2017). O aumento do número de estradas pavimentadas, bem como a maior acessibilidade aos meios de transporte público e particular, também, vem contribuindo para tornar o deslocamento pendular entre campo e cidade mais visível. Por outro lado, os meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio, bem como as novas tecnologias da informação, como o celular e a internet, aumentaram, ainda mais, a proximidade entre os indivíduos independentemente dos lugares onde vivam. Assim, a distância entre campo e cidade vem se diluindo, ainda que de forma diferenciada ao longo do território brasileiro, ampliando as possibilidades de combinação de atividades agrícolas e não agrícolas nas famílias de proprietários rurais (WANDERLEY, 2009; OLIVEIRA, 2016).

Estudos como os de Nascimento et al. (2013), Favareto (2014), Sant'ana (2014) e Fiúza et al. (2014) vêm indicando que as atividades primárias ligadas à agricultura e à pecuária estão cedendo espaço a uma maior diversificação produtiva no campo. As famílias pluriativas, nas quais a atividade não agrícola se combina com a agrícola, estão em expansão, como apontamos estudos de Carneiro (2006), Schneider et al. (2006), Campanhola e Silva, (2004), Van Der Ploeg (1994), dentre tantos outros. Contudo, há uma nova faceta do fenômeno da pluriatividade, que ainda não tem sido muito estudada.

Trata-se da moradia citadina dos proprietários de estabelecimentos rurais. Dentro da conformação de um campo mais ruralizado, era comum se observar os casarões que os grandes proprietários rurais mantinham na cidade. Estes casarões ficaram conhecidos na literatura como “sobrados”. Um arremedo do modelo da “Casa-Grande”, só que localizado na cidade (FREIRE, 2004). Atualmente, em um contexto territorial de crescimento da urbanização, mesmo nos pequenos municípios, a moradia citadina cresce para além dos grandes proprietários rurais. Trabalhos como os de Gomes et al. (2018) tangenciam este fenômeno da moradia citadina dos proprietários rurais, ao analisarem o deslocamento pendular que os mesmos realizam entre o campo e a cidade, na região da Zona da Mata, em Minas. Morar em pequenos municípios, com menos de 20 mil habitantes, e continuar a produzir no campo, tem se configurado em um fenômeno com nítido crescimento, quando se observa os Censos agropecuários de 2006 e 2017. Todavia, pouco se tem pesquisado acerca do impactado desta moradia citadina sobre as atividades econômicas e as formas de gestão desenvolvidas nas propriedades rurais, bem como sobre os projetos de vida destes proprietários rurais com residência citadina.

O presente artigo traz uma primeira exploração dos dados dos Censos de Agropecuários 2006 e 2017, analisando, de forma específica, as características sociodemográficas e econômicas dos municípios que compõe a Zona da Mata Mineira em que os proprietários rurais não residem no estabelecimento rural. Elencou-se dentre as variáveis analisadas o percentual de urbanização do município, o tamanho populacional, o IDH, o PIB, o tamanho médio dos estabelecimentos, o tipo de atividade econômica desenvolvida e o caráter familiar ou não no estabelecimento.

Aspectos Metodológicos

Foram utilizados os dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017, por serem os mais recentes disponíveis sobre a temática e os únicos que possibilitariam a desagregação em nível municipal. Os dados foram obtidos por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), uma vez que o IBGE não fornece os microdados da sua base de dados por questões de confidencialidade dos respondentes. Além disso, até o momento de confecção deste artigo, os dados referentes ao Censo 2017 ainda não haviam sido disponíveis para consulta na sala de sigilo. A principal variável utilizada neste artigo foi o “local de residência” dos proprietários de estabelecimentos rurais. Para o ano de 2006,

ainda era possível identificar se esse local era a zona urbana ou rural do município. Contudo, para o ano de 2017 a única informação disponível na divulgação preliminar dos dados era se o dirigente residia ou não no próprio estabelecimento agropecuário.

Para fins de comparação dos dois Censos optou-se por apresentar os dados somente de proprietários rurais que não residiam no estabelecimento rural, em função do objetivo da pesquisa se voltar, justamente, para identificar proprietários rurais que morassem na zona urbana do município. A partir desta variável identificou-se o percentual de proprietários rurais do município que não residiam no estabelecimento rural. Em um primeiro momento buscou-se, além de mostrar a tendência de mudanças entre as décadas nos diversos municípios da Zona da Mata, relacionar algumas características do município com a ocorrência de proprietários rurais residentes fora do estabelecimento rural. Para isso foram utilizados indicadores de outras fontes de dados em nível municipal¹:

- 1) *Percentual de população urbana*: para o ano de 2006 foram utilizados os dados da Contagem Populacional de 2007 e para o ano de 2017, por não se dispor de dados mais recentes, utilizou-se os dados do Censo Demográfico 2010.
- 2) *Tamanho populacional do município*: Foram utilizados os dados das Estimativas Populacionais publicadas pelo IBGE em 2006 e 2016, para o qual optou-se por mostrar todos os municípios da Zona da Mata, exceto aqueles relativos ao município sede da microrregião, tais como (Juiz de Fora, Muriaé, Ubá, Ponte Nova, Viçosa, Manhuaçu, Cataguases), em função destes municípios possuírem um tamanho populacional muito superior aos demais, não sendo possível a incorporação dos dados na mesma escala no gráfico.
- 3) *IDH municipal*: Utilizou-se os dados do Atlas de desenvolvimento de 2013 para se fazer uma análise de ambos os anos, 2006 e 2017, uma vez que não havia dados disponíveis em nível municipal para outros períodos de tempo.

Posteriormente, outras variáveis dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 foram utilizadas a fim de se estabelecer alguma relação entre as características dos estabelecimentos em nível municipal e a ocorrência de proprietários rurais residindo fora do estabelecimento rural, tais como:

- 4) *Tamanho do estabelecimento*: utilizou-se a TABELA 1109 para o ano de 2006 e a TABELA 6010 para o ano de 2017.

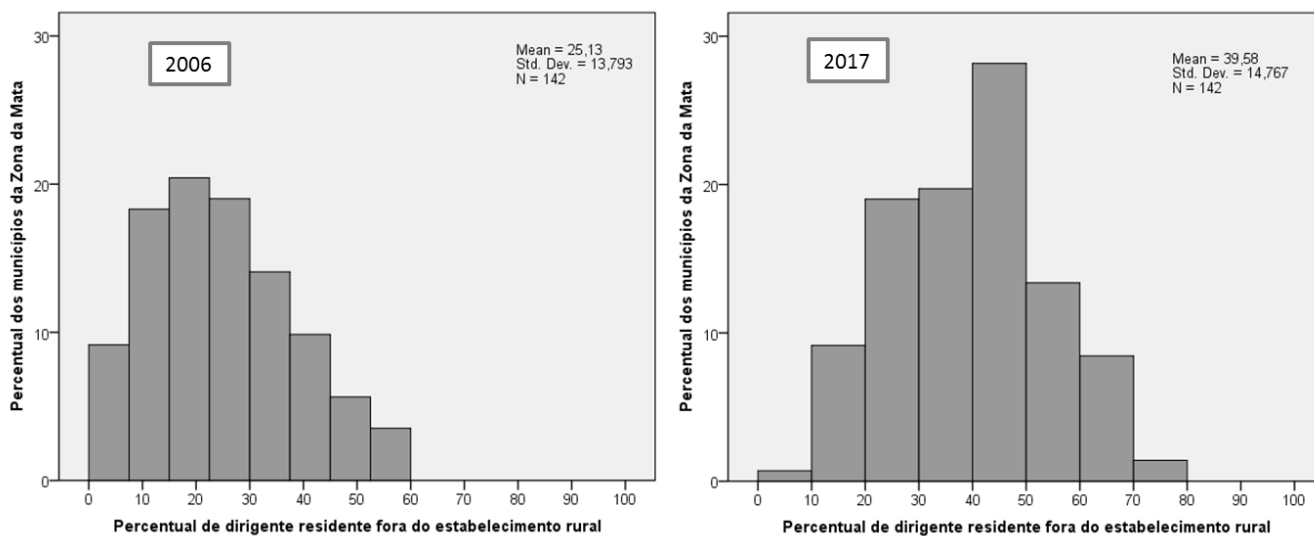
- 5) *Atividade econômica fora do estabelecimento*: utilizou-se para o ano de 2006 a TABELA 3398 e para o ano de 2017 a TABELA 6649.
- 6) *Caráter familiar ou não do estabelecimento*: utilizou-se para 2006 a TABELA 1109 e em relação a 2017 a TABELA 6649, que apresenta dados relativos à finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento.

Foi, então, realizada *regressão linear univariada* a fim de se analisar como variava o percentual de proprietários rurais que viviam fora do estabelecimento rural (Y) em função das variáveis relativas ao município (X). Mensurou-se, também, o coeficiente de determinação (R^2) que mostrou como a variação da variável dependente, no caso, o percentual de proprietários rurais que viviam fora do estabelecimento rural era explicada pela variável independente, no caso: 1) o percentual da população urbana; 2) o tamanho populacional do município; 3) o IDH; 4) o PIB municipal; 5) o percentual de estabelecimentos rurais que possuíam atividade econômica não agrícola; 6) o percentual de uso da terra, entre outros. Todas essas análises foram realizadas com os dados dos 142 municípios que compõe a Zona da Mata Mineira por meio do pacote SPSS.

Resultados e discussões

Ao se analisar o percentual de proprietários rurais vivendo fora do estabelecimento rural (GRAF.1), observa-se que a sua distribuição nos 142 municípios da Zona da Mata Mineira (ZMM) apresentava-se bastante diferenciada entre os municípios da região. Em 2006, constatou-se que a variação de proprietários rurais vivendo fora do estabelecimento rural era de 2,5% a 59,3%. Menos de 10% dos municípios analisados apresentavam mais de 50% dos proprietários rurais vivendo na cidade. Em 2017, a distribuição de proprietários rurais vivendo fora do estabelecimento rural se ampliou em relação a 2006, variando de 3,8% para, aproximadamente, 78%. Ficou evidente, também, no Censo de 2017, o aumento do percentual de municípios que possuíam entre 40% e 50% dos proprietários rurais residentes fora do estabelecimento rural, quer dizer, na cidade. Os dados do Censo mostraram, de forma mais incisiva, ainda, que em 10% dos municípios da ZMM, este percentual aumentou em mais de 60%.

Gráfico 1: Distribuição dos municípios da Zona da Mata segundo o percentual de proprietários rurais que residiam fora do estabelecimento, 2006 e 2017



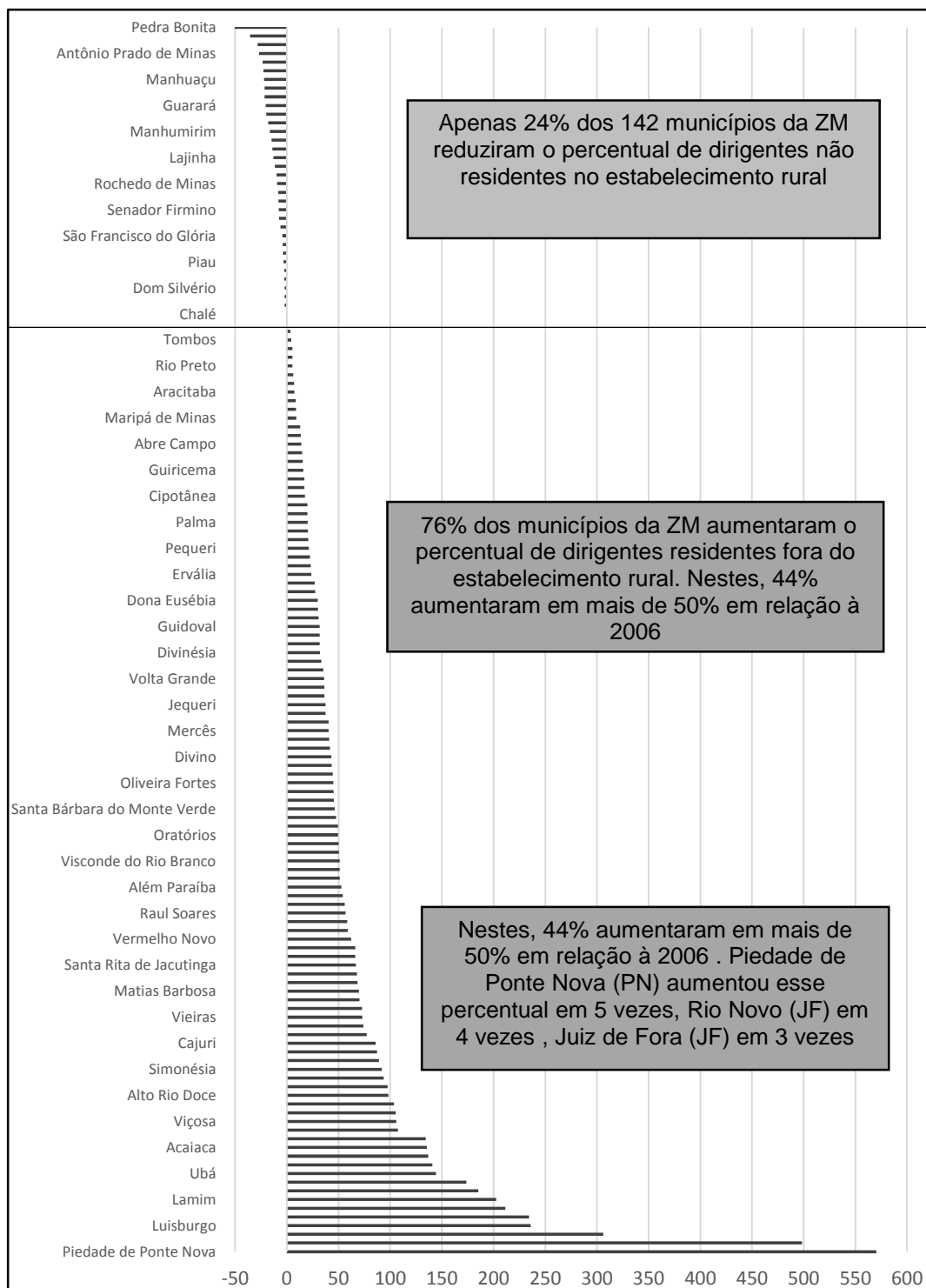
Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017.

Diferentemente com o que constatou Zambon et al. (2017), no seu estudo sobre a Tuscia, na região central da Itália, onde o campo passou por um forte processo de urbanização, nestes municípios da ZMM são as sedes dos municípios que têm passado por um crescente processo de urbanização, em detrimento do campo, que permanece com uma paisagem marcadamente rural, sendo quebrada apenas pelas novas casas com padrão mais urbano. Talvez, em função disto, a moradia na cidade venha se constituindo em um fator de atração para os proprietários rurais e suas famílias.

Analisando-se, mais detidamente, o percentual de proprietários rurais vivendo fora do estabelecimento rural, na cidade, em 2006 e 2017, pode-se observar no GRAF.2, que houve um crescimento deste fenômeno em (76%) dos municípios, enquanto que somente em 24% ocorreu a redução desse percentual. Entre os municípios que apresentaram uma redução, notou-se que Rio Pombo, Antônio Prado de Minas, Recreio, Sem-Peixe, Guarará e Faria Lemos foram aqueles que tiveram as maiores reduções de proprietários rurais vivendo na cidade. Quer dizer, nestes municípios houve um aumento do número de proprietários rurais vivendo na própria propriedade, na Zona Rural. Por outro lado, Ponte Nova, Rio Novo e Juiz de Fora apresentaram crescimento do percentual de proprietários rurais residindo fora do estabelecimento, na cidade. Silveira, Brandt,

Faccin (2018), ao estudarem os fluxos pendulares destacaram a sua conexão com a rede urbana da região do Vale do Rio Pardo (RS).

Gráfico 2: Percentual de mudança entre 2006 e 2017 dos proprietários rurais não residentes nos estabelecimentos rurais, municípios da Zona da Mata Mineira.



Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017.

O Quadro 1, a seguir, apresenta o ranking dos 10 municípios da ZM com maiores percentuais de proprietários rurais residindo fora do estabelecimento rural, tanto em 2006 quanto 2017. Em 2006 todos os dez municípios pertenciam somente a duas microrregiões: Juiz de Fora e Cataguases. Em 2017, a microrregião de Cataguases passou a liderar como a microrregião que possuíam maior número de municípios com elevado percentual de proprietários rurais residindo fora do estabelecimento, seguida de Juiz de fora e Ubá. Os dados mostraram que dos dez municípios que compuseram o ranking em 2017, oito não constavam na lista de 2006. Somente dois municípios se mantiveram nesse ranking: Pequeri localizado na microrregião de Juiz de Fora e Volta Grande, localizado na microrregião de Cataguases. Esses dados sugerem uma ampliação pelos municípios da região do fenômeno estudado.

Quadro 1: Ranking dos 10 municípios com maior percentual de proprietários rurais residindo fora do estabelecimento, Zona da Mata Mineira, 2006 e 2017

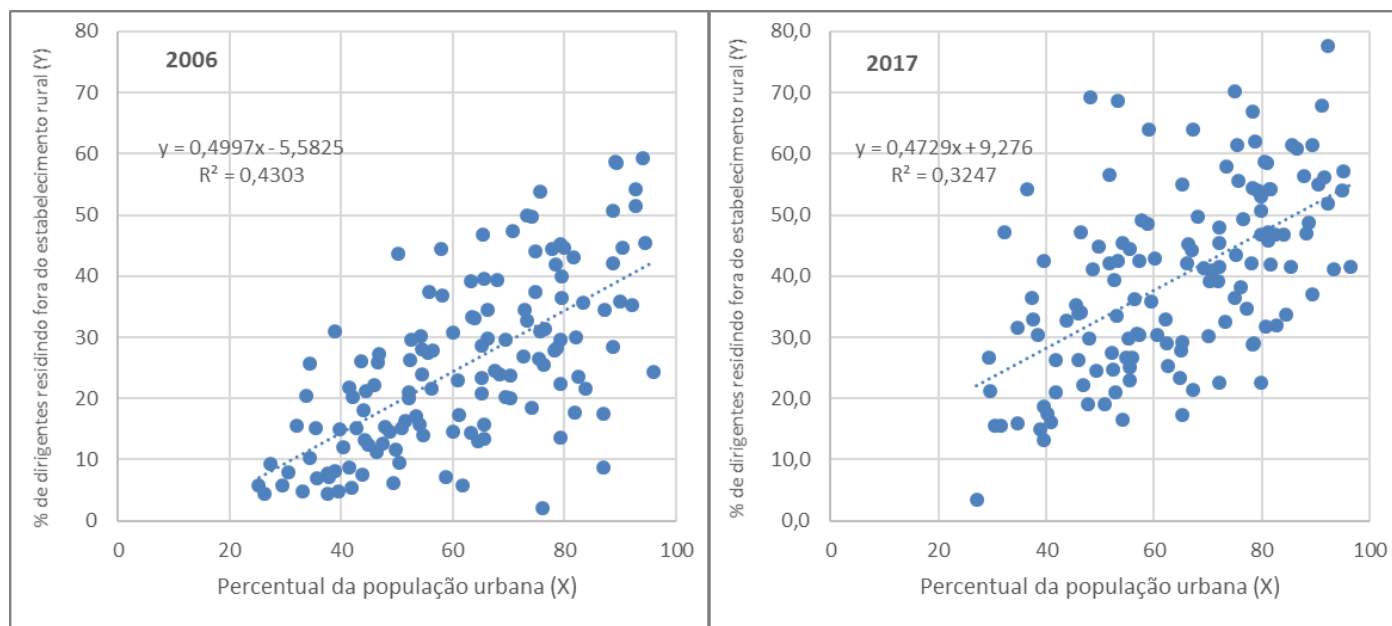
Ranking	Município	2006	Ranking	Município	2017
1	Pequeri (JF)	59,3	1	Pequeri (JF)	77,6
2	Guarará (JF)	58,7	2	Volta Grande (CA)	70,2
3	Rochedo de Minas (JF)	58,5	3	Santana de Cataguases (CA)	69,3
4	Ewbank da Câmara (JF)	54,2	4	Chiador (JF)	68,8
5	Santa Rita de Ibitipoca (JF)	53,9	5	Astolfo Dutra (UB)	67,9
6	Bicas (JF)	51,5	6	Palma (CA)	66,9
7	Recreio (CA)	50,7	7	Simão Pereira (JF)	64,1
8	Volta Grande (CA)	50,0	8	Santo A. do Aventureiro (CA)	64,0
9	Paiva (JF)	49,6	9	Cataguases (CA)	63,0
10	Estrela Dalva (CA)	47,4	10	Itamarati de Minas (CA)	62,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017.

Mas o que explicaria esta proeminência de proprietários rurais vivendo fora dos seus estabelecimentos rurais, na cidade, nestes municípios elencados no Quadro 1? Quais fatores e características poderiam explicar a moradia destes proprietários rurais na cidade? Ao se analisar as características dos municípios e a ocorrência de produtores

rurais residindo fora dos seus estabelecimentos, notou-se que existia uma forte associação positiva deste fenômeno em relação ao *percentual da população que vivia nas áreas urbanas* destes municípios. Observou-se que quanto maior a *população urbana do município* maior era o percentual de estabelecimentos rurais que possuíam proprietários rurais morando fora deles. Pode-se constatar no GRAF.3 que a “população urbana” se constitui em uma variável muito importante para a ocorrência de proprietários rurais morando na sede do município.

Gráfico 3: Relação entre percentual de população urbana e percentual de proprietários rurais residindo fora de estabelecimentos rurais, Municípios da Zona da Mata Mineira, 2006 e 2017

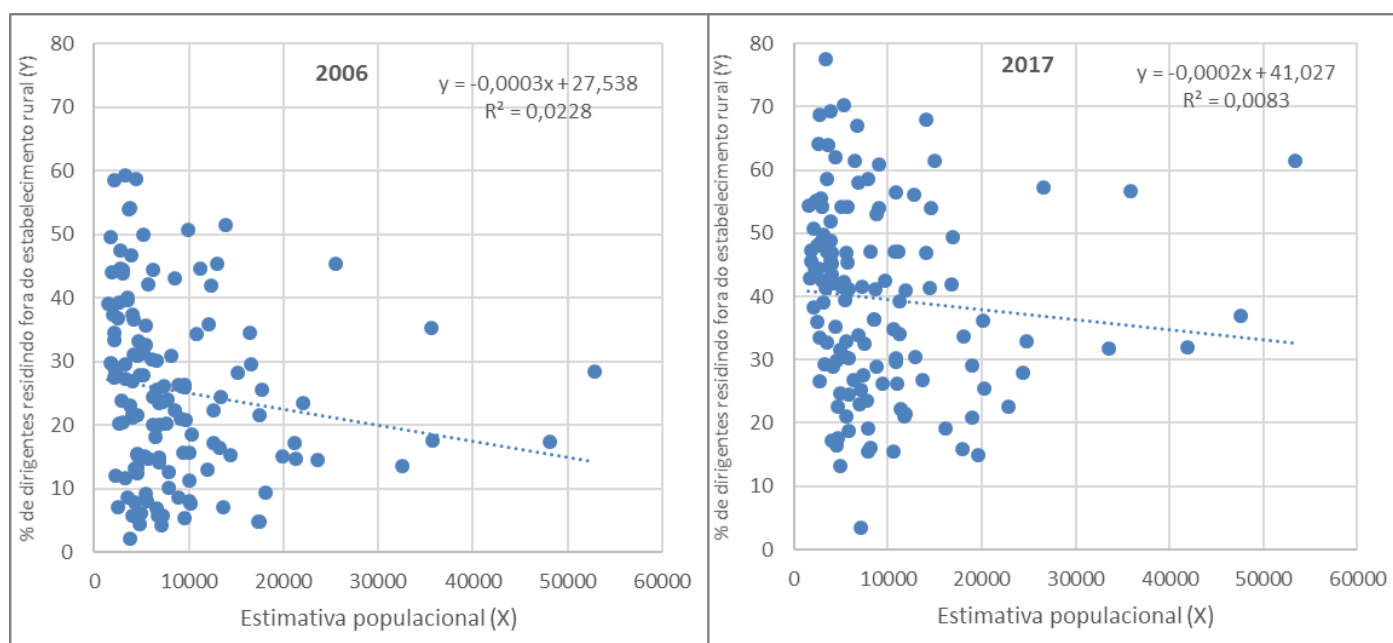


Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

Gomes et al. (2018) já haviam chamado a atenção para a relação que as famílias rurais vêm mantendo com a cidade, atualmente, mesmo em pequenos municípios de economia agrícola, com menos de 20 mil habitantes. Da mesma forma, Coutinho e Fiúza (2019) constataram a mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais de Cajuri e Coimbra, na ZMM. No presente estudo, para além da análise da variável relativa à *população urbana do município*, analisou-se, também, se o *tamanho da população do município* poderia estar associado à moradia dos proprietários rurais na cidade. No entanto, os dados referentes a esta variável mostraram (GRAF.4) que a mesma não possuía quase nenhuma relação com o “local de residência dos proprietários rurais”, em

função da fraca inclinação negativa da relação do *tamanho populacional do município* com o *percentual de proprietários rurais residindo fora do estabelecimento*, na cidade. Este resultado assinalou para uma levíssima tendência da relação do *tamanho da população do município* com o “percentual de proprietários rurais residindo na cidade”. O poder de explicação do tamanho populacional para os anos de 2006 e 2017 quando analisado em relação à variação do local de moradia dos proprietários rurais foi praticamente zero ($R^2=0,02$ e $0,00$, respectivamente), indicando não haver diferenças entre morar em um município de pequeno ou grande população e a ocorrência da moradia urbana dos proprietários rurais.

Gráfico 4: Relação entre o tamanho populacional do município como percentual de proprietários rurais residindo fora dos estabelecimentos rurais, Municípios da Zona da Mata Mineira, 2006 e 2017



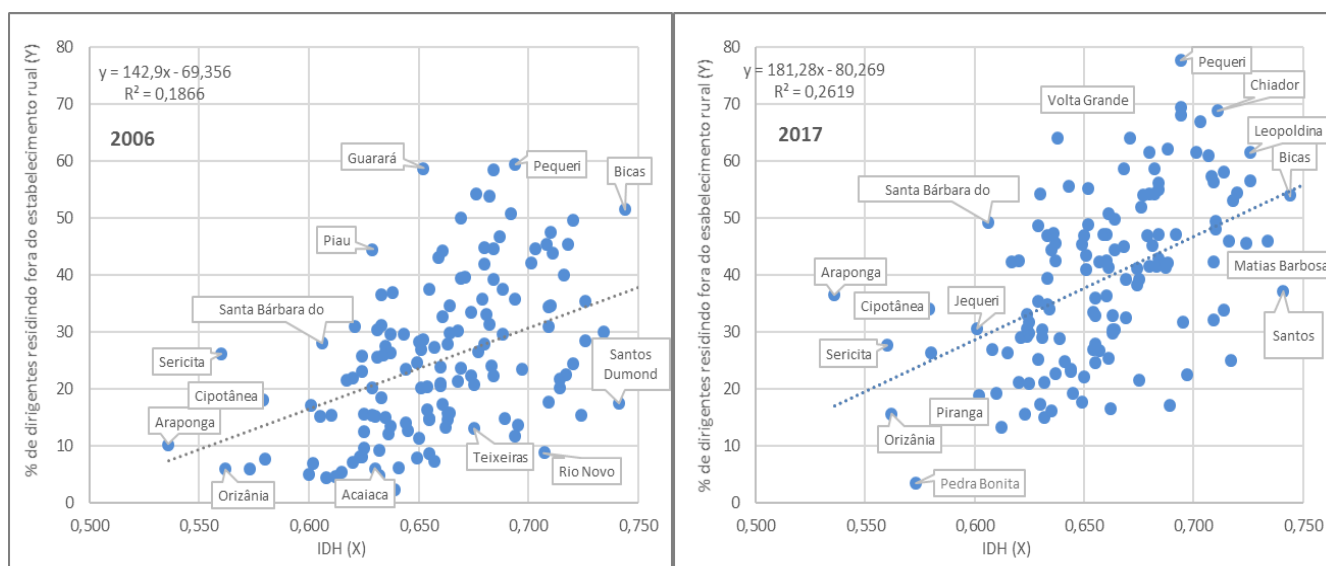
Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017 e Estimativas Populacionais 2006 e 2017.

Nota: Estão excluídos os municípios sede de cada Microrregião.

Quando se analisar a correlação entre o “IDH municipal” e o “percentual de proprietários rurais residindo nas cidades” observou-se que esta correlação era positiva para ambos os anos analisados (GRAF.5). Para 2006, nota-se que a mudança no IDH era responsável por quase 20% da variação do percentual de proprietários rurais residentes fora dos estabelecimentos rurais. Além disso, percebeu-se que quanto mais alto era o IDH e, conseqüentemente, a qualidade de vida no município, maiores eram as chances do

proprietário rural não residir no estabelecimento rural. Em 2006, o município de *Bicas* na microrregião de *Juiz de Fora* pode ser considerado um bom representante desta situação em que o IDH do município apresentava forte relação com a ocorrência da moradia urbana dos proprietários rurais. Em 2017, essa relação ficou ainda mais forte no município, com um R^2 de 26%. Também os municípios de Pequeri, Chiador, Leopoldina podem ser tomados como bons representantes dessa relação. Entretanto, Rio Novo, pode ser considerado como uma exceção, em virtude de ter alto IDH e não ter apresentado altos percentuais de proprietários rurais vivendo na cidade. No rol das exceções também constam municípios com baixo IDH e significativo percentual de proprietários rurais residentes nas cidades.

Gráfico 5: Relação entre IDH municipal com percentual de dirigentes residindo fora do estabelecimento rural, Municípios da Zona da Mata Mineira, 2006 e 2017

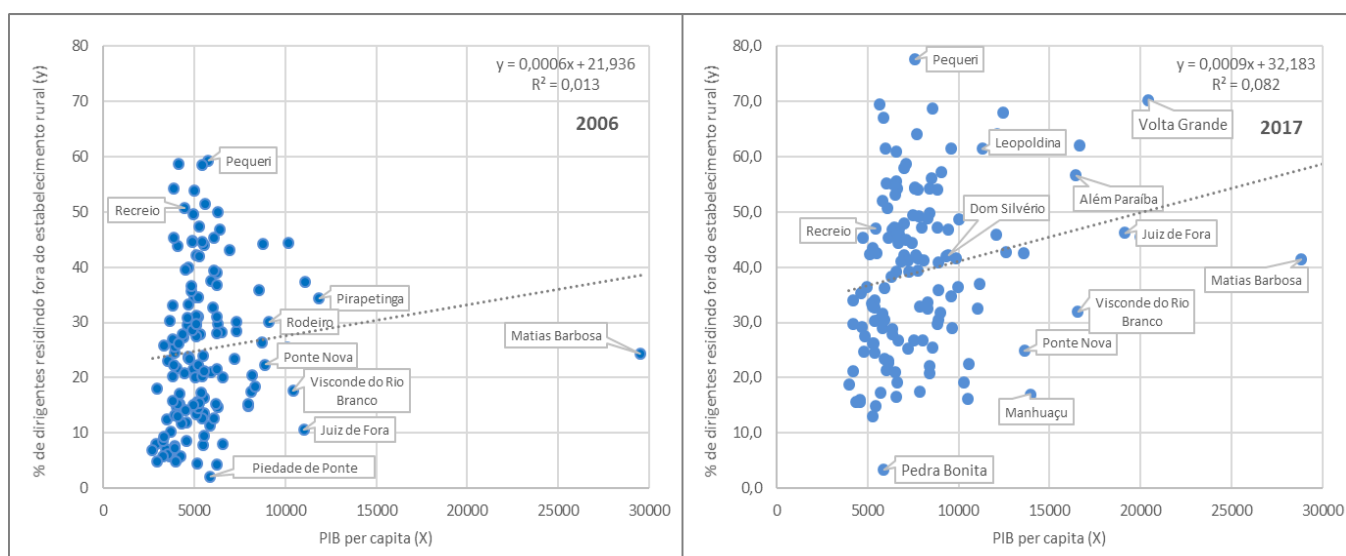


Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017 e Atlas do desenvolvimento 2013

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é composto por indicadores como “saúde”, “educação” e “taxa de mortalidade”, que se relacionam diretamente com o modo de vida mais urbanizado ou mais ruralizado dos municípios. Neste sentido, estudos como os de Sobarzo (2010), Nascimento et al. (2013), Zambon et al. (2017), têm chamado a atenção tanto para a expansão do padrão urbano de vida na cidade, como no campo. Faz todo sentido, assim, compreender a forte relação do IDH municipal com a moradia citadina dos proprietários rurais.

Ao considerar a relação do *PIB per capita do município* com a moradia fora do estabelecimento rural, na cidade, nota-se que esta variável apresentou uma fraca correlação positiva, como pode ser observado no GRAF. 6. Não se observa praticamente nenhuma relação entre as duas variáveis. Pode-se inferir com isto, que esse fenômeno da moradia urbana de dirigentes de proprietários rurais parece ter mais relação com os indicadores de qualidade de vida do município do que com os indicadores econômicos.

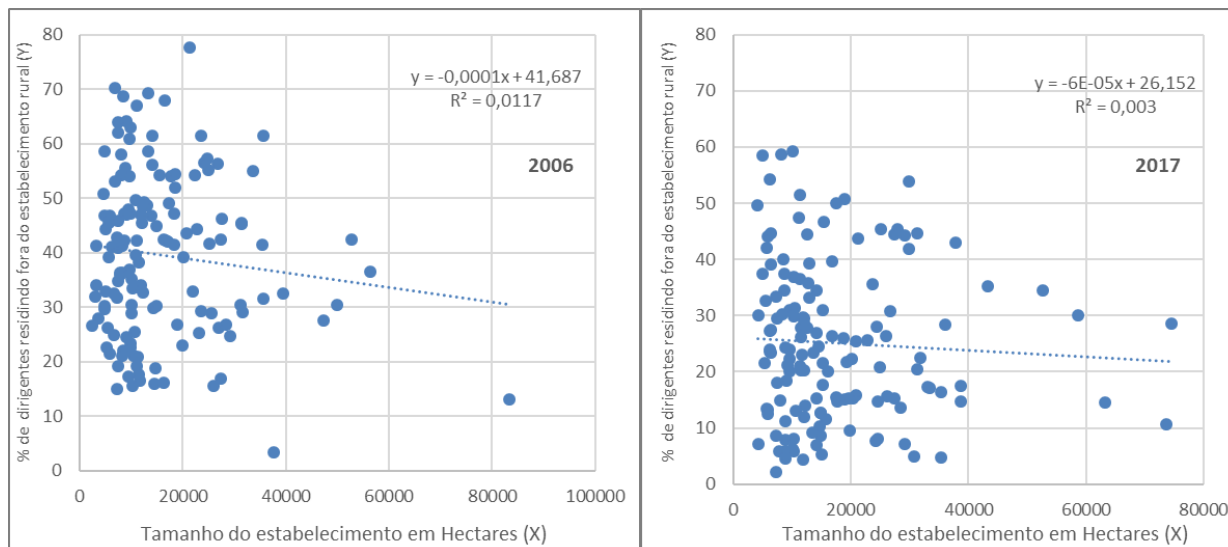
Gráfico 6: Relação entre PIB per capita municipal com percentual de proprietários rurais residindo fora do estabelecimento rural, Municípios da Zona da Mata Mineira, 2006 e 2017.



Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017 e Contas Nacionais 2006 e 2016.

Averigou-se, também, no presente estudo, para além das características dos municípios em termos da influência que exerciam para a moradia citadina dos proprietários rurais, algumas características dos próprios estabelecimentos rurais que pudesse explicar a ocorrência da moradia citadina dos proprietários rurais. No GRAF. 7 apresentado a seguir, o poder explicativo da variável independente (*tamanho da propriedade*) pode ser considerado baixo em ambos os períodos analisados (2006 e 2017), indicando que o tamanho da propriedade, por si só, não é suficiente para explicar o fato de *dirigente morar fora do estabelecimento rural*, na cidade.

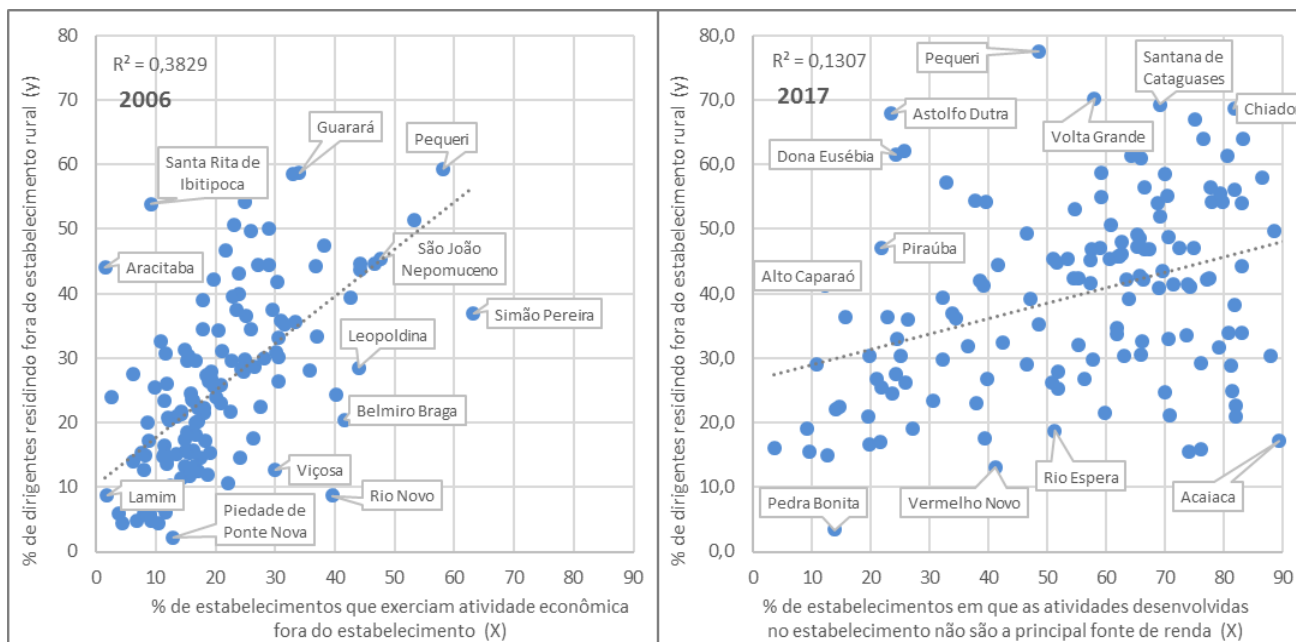
Gráfico 7: Relação entre o tamanho médio dos estabelecimentos no município com percentual proprietários rurais residindo fora de estabelecimentos rurais, Municípios da Zona da Mata Mineira, 2006 e 2017.



Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017.

Analisou-se em termos dos estabelecimentos rurais, ainda, a dinâmica econômica interna dos mesmos (GRAF.8). Constatou-se, nesta análise, que em 2006 o percentual de estabelecimento rurais que possuíam para além das atividades agropecuárias, também, *atividades não agropecuárias* correlacionava-se intensa e positivamente com o percentual de proprietários rurais residindo fora do estabelecimento rural ($r=0,62$ e $R^2=0,38$). A variação no percentual de estabelecimentos rurais com atividades não agrícolas foi responsável por 38% das mudanças no percentual de dirigentes residentes fora do estabelecimento rural. O mesmo aconteceu em 2017: quanto maior o percentual de estabelecimentos rurais em que as “*atividades desenvolvidas no estabelecimento rural* não se constituíam a principal fonte de renda do dirigente do estabelecimento maior era o percentual de dirigentes residentes fora do estabelecimento. Assim, pode-se considerar como hipótese a ser melhor verificada, portanto, que estabelecimentos pluriativos, que combinam atividade agrícola com não agrícola apresentam maior tendência de proprietários residindo fora do estabelecimento rural do que aqueles que não possuíam atividades não agrícolas.

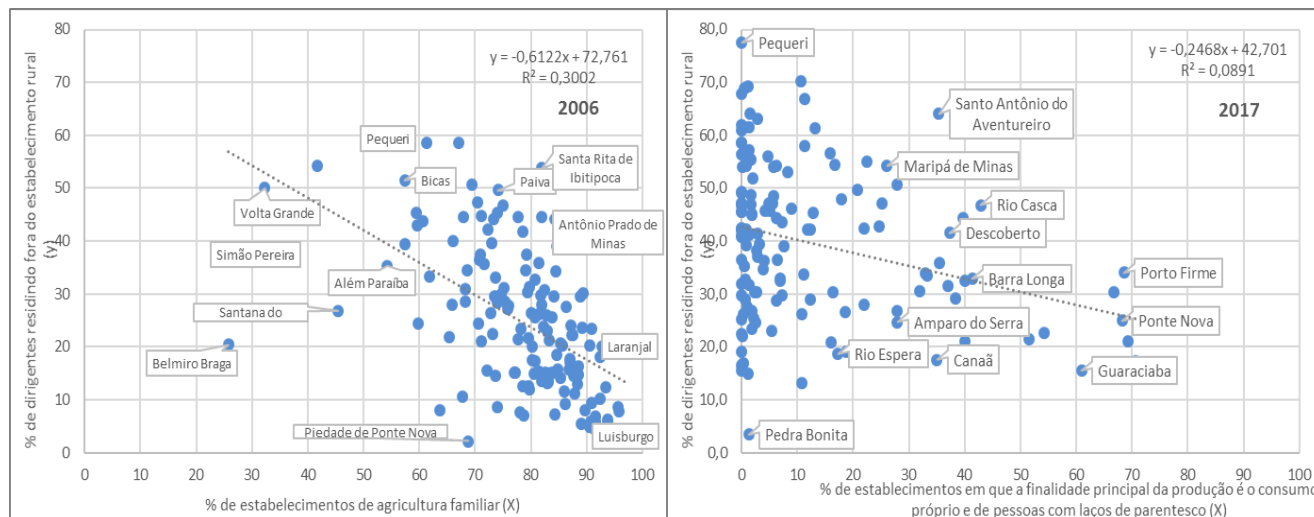
Gráfico 8: Relação entre percentual de estabelecimentos rurais com atividade não agropecuária e o percentual de proprietários rurais morando na cidade, Municípios da Zona da Mata Mineira, 2006 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017.

Sakamoto et al. (2016) acreditam que uma das condições da agricultura familiar ser pluriativa seria justamente pelo fato deste tipo de família, pluriativa, possuir membros mais qualificados que as famílias agrícolas, com nível de estudo e renda mais elevados, além de manterem uma interação mais frequente com a cidade. Em contrapartida, no GRAF. 9 observa-se no Censo de 2006, que o fenômeno de proprietários rurais residindo fora do estabelecimento rural estava negativamente relacionado com o fato dos estabelecimentos rurais serem do tipo *agricultura familiar*. Para o ano de 2017, só foi possível obter esta mesma informação utilizando-se a variável *estabelecimentos em que a principal finalidade da produção era o próprio consumo*, a qual também apresentou uma associação negativa em relação a moradia cidadina dos proprietários rurais. Constatou-se, assim, que a prática agrícola voltada para o auto consumo familiar não se mostrava associada à moradia cidadina dos proprietários rurais, ao contrário do que acontecia com as propriedades pluriativas.

Gráfico 9: Relação entre percentual dos estabelecimento de agricultura familiar(2006) e percentual de estabelecimentos em que a principal finalidade da produção é o próprio consumo e tem pessoas com laço de parentesco (2017) com o percentual de dirigentes residindo fora de estabelecimentos rurais, Municípios da Zona da Mata Mineira, 2006 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017.

Os dados mostraram que no Censo de 2006, a variável “agricultura familiar ou de auto sustentação” foi responsável por 30% da ocorrência de proprietários rurais residindo fora do estabelecimento e que em 2017 este percentual caiu para 9%. Estes dados revelaram, deste modo, um enfraquecimento do poder explicativo da variável “prática da agricultura voltada para a auto sustentação” em relação à moradia cidadina dos proprietários rurais ao longo da década. Além disso, seus efeitos podem estar um pouco distorcidos devido às diferenças de conceitos entre os anos analisados

Considerações Finais

Constatou-se no presente estudo que o percentual de proprietários rurais residindo na cidade, era bem superior na Zona da Mata Mineira (ZMM), que em Minas Gerais e no Brasil e apresentou um crescimento elevado entre os anos de 2006 e 2017. Buscou-se, assim, em um primeiro momento, analisar que variáveis associadas às características dos municípios poderiam explicar este crescimento de proprietários rurais vivendo na cidade. As variáveis relacionadas com as características dos municípios que mais estiveram relacionadas a este fenômeno foram o *percentual de pessoas residindo na zona urbana* do município e o *IDH do município*. Ambas as variáveis apresentaram uma correlação

positiva com o fato do proprietário rural residir fora do estabelecimento, na cidade. Por outro lado, o tamanho da população do município e o seu PIB *per capita* não se mostraram relacionados a moradia citadina dos proprietários rurais.

Em um segundo momento, focou-se na análise das variáveis relacionadas às características do estabelecimento rural, e pôde-se verificar uma relação negativa entre o percentual de estabelecimentos rurais nos quais a *agricultura voltada para a auto sustentação* predominava e a *moradia citadina* dos proprietários rurais. Ao contrário, observou-se, que quanto maior era o percentual de famílias de produtores rurais que *exerciam atividades não agropecuárias* ou nas quais as *atividades* agrícolas se desenvolviam em *cadeias produtivas não agrícolas* de maior valor agregado, mais expressiva era a moradia citadina dos proprietários rurais.

É possível concluir, assim, através dos resultados deste trabalho, que na Zona da Mata Mineira (ZMM), a qualidade de vida dos municípios, expressa através do seu IDH, se constitui em um vetor de atração para a moradia dos proprietários rurais. Em segundo lugar, observou-se que quanto às características dos estabelecimentos rurais, o *tamanho da propriedade* não se constituiu em um fator determinante para a moradia citadina dos proprietários rurais. Mas que a *participação do produtor rural em uma cadeia produtivas agroindustrial* de maior valor agregado, assim como o desenvolvimento de *atividades não agrícolas* se constituíam, sim, em variáveis associadas à moradia citadina dos mesmos. Esta pesquisa indica, portanto, que em pequenos municípios como os da ZMM, com menos de 20 mil habitantes, a força expansiva da qualidade da vida urbana, assim como das agroindústrias e atividades não agrícolas na vida dos produtores rurais. O vínculo citadino dos mesmos é visivelmente crescente nos dados do Censo Agropecuário, mostrando que as políticas públicas e a extensão rural precisam levar esta nova realidade em consideração. Os proprietários rurais são, cada vez mais, sujeitos ligados à vida urbana, mesmos em pequenos municípios de economia agrícola.

Agradecimentos

As autoras agradecem o apoio financeiro do CNPq para a realização da presente pesquisa.

Nota

¹ Sabe-se que as análises podem ser prejudicadas devido aos problemas nas diferenças no tempo dos indicadores analisado. Contudo, acredita-se que tais indicadores não sofram mudanças bruscas em um período de tempo curto e com isso ainda seja viável as análises realizadas.

REFERÊNCIAS

ALLEN, A. Neither rural nor urban: service delivery options that work for the peri urban poor. In: **Peri-urban water and sanitation services**. Dordrecht: Springer, 2010. p. 27-61.

ALVES, E. O que falaram os censos do IBGE? In: SEMINÁRIOS TEMAS ESTRATÉGICOS, 2012, Brasília. **Anais...** Embrapa Estudos e Capacitação, 2012.

BITOUN, J.; BEZERRA, L. I.; ARAÚJO, T. B. As ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional. In: ANANPUR, XVI. 2015, Belo Horizonte. **Anais...** ANPUR, 2015.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Brasília: Embrapa, 2004.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A Diversidade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

POPULACIONAL, Contagem. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2008 [cited 2008 Dec]. 2007.

COUTINHO, E.; FIÚZA, A. L. C. A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG. **Revista NERA**, UNESP, v. 22, p. 59-82, 2019.

ATLAS, DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Acesso em 30 de setembro de 2019, v. 10, 2017.

FAVARETO, A. da S. **Mudança de longo prazo e metamorfoses da dominação nas regiões rurais ou interioranas do Brasil**. São Paulo/Santiago de Chile: Rimisp/Cebrap/UFABC, 2014.

FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N. M. A.; BRAGA, G. . Os modos de vida dos agricultores pluriativos nas aldeias minhotas do noroeste de Portugal. *Ciência Rural*, v. 44, p. 2279-2285, 2014.

FREIRE, G. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Editora Global, 2004.

GOMES, N. F. M.; FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N. M. A.; REMOALDO, P. C. A. C. Os rurais e a cidade: a mobilidade socioespacial dos habitantes do campo em pequenos municípios de economia agrícola. **RA'E GA**, UFPR, v. 44, p. 242-257, 2018.

GOMES, N. F. M.; FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N. M. A. ; REMOALDO, P. C. A. C. A mobilidade campo-cidade em pequenos municípios: em análise os deslocamentos rotineiros em Araponga, MG. **Geografia**, Rio Claro, v. 43, p. 279-296, 2018.

IBGE, Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2006. Acesso em 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>

IBGE, Censo Agropecuário 2017. Resultados preliminares. Acesso em 20 de agosto de 2019, v. 21, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>.

MONTE-MÓR, R. L. O que é urbano no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p.09-18, 2006.

NASCIMENTO, P. F. DO; FIÚZA, A. L. DE C.; ALMEIDA PINTO, N. M. DE. A nova dinâmica campo-cidade revelada pelo turismo rural: o caso de Venda Nova do Imigrante. Campo - Território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 15, 2013.

OLIVEIRA, I. L. **A luta “na” terra: a pluriatividade e multifuncionalidade como alternativas de permanência no campo aos assentados de Zumbi dos Palmares - MT**. 2016. 128f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. 2016.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n.3, p. 561-582, 2016.

SALVATI, L., CARLUCCI, M. Patterns of Sprawl: The Socioeconomic and Territorial Profile of Dispersed Urban Areas in Italy”. **Regional Studies**, v. 50, n. 8, p. 1346-1359, 2016.

SANT'ANA, R. S. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 723-745, dez. 2014.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; SOUZA, M. D.; ESCHER, F.; SCARTON, L. M.; RÜCKERT, L. (2013). **Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste**: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006, 107 p.

SILVA, M. D, C.; FIÚZA, A. L. C.; PINTO, N.M.A. . The paradigmatic field of usage of the theoretical category of pluriactivity in Brazil. **Ciência Rural**, v. 49, p. 1-12,2019.

SILVEIRA, R. L. L.; BRANDT, G. B.; FACCIN, C. R. Fluxos pendulares e rede urbana na região do Vale do Rio Pardo/RS. **G&DR**, Taubaté, v. 14, n. 2, p. 183-212, jan/2018 (ed. especial).

SOBARZO, O. O Urbano e o rural em Henri Lefebvre. IN: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. Cidade e campo. **Relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

VAN DER PLOEG, J. D. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: HAAN, J.H.; VAN DER PLOEG, JD (eds.). **Endogenous regional development in Europe**. Vila Real, Portugal 1991.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, UFRJ, v.17, n. 1, 2009.

ZAMBON, I.; COLANTONI, A.; MONARCA, D.; MASSIMO, C.; SALVATI, L. Characterizing population dynamics and early processes of urbanization in rural tuscia, central Italy. **Romanian Journal of Regional Science**. v. 11, n. 1, p. 76-101, 2017.

Recebido em 27/12/2019.

Aceito para publicação em 03/04/2020.